

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Rummeling Marinho dos Santos¹, Janine Marta Coelho Rodrigues²

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar a história da Educação Especial no Brasil desde o período colonial até a atualidade, com ênfase na educação das pessoas com deficiência visual. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e de abordagem histórica, dialogando com os autores na área, como: Rodrigues (2023), Figueira (2021), Jannuzzi (2012), Mazzotta (2011), Mosquera (2010) Sasaki (1999), Silva (1987), entre outros. O artigo se divide em duas seções: na primeira, discutimos os paradigmas, as políticas e as práticas para a inclusão escolar das pessoas com deficiência no Brasil, já na segunda, abordamos o contexto histórico, social e educacional das pessoas com deficiência visual no Brasil, destacando os principais marcos e desafios que marcaram a sua trajetória. Por fim, concluímos sintetizando os principais pontos abordados e apontando algumas perspectivas para a Educação Especial no Brasil, destacando que a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil é um campo em constante construção e transformação, de lutas e conquistas, e de desafios e oportunidades.

Palavras-chave: educação especial; educação das pessoas com deficiência visual; história da educação especial no Brasil.

-
- 1 Doutorando em Educação e Membro do Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisa sobre Formação Docente (NEPESF) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor efetivo de Educação Física na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte e de Orientação e Mobilidade para pessoas Cegas ou Baixa Visão no Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV). rummeling.marinho@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-9102-4926>
 - 2 Orientadora, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Titular na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenadora da linha de pesquisa diversidade, deficiências e distúrbios de aprendizagem do Núcleo de Estudos Projetos e Pesquisas sobre Formação Docente (NEPESF). janinecoelho68@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-9457-9070>

-- ARTIGO RECEBIDO EM 15/07/2023. ACEITO EM 05/10/2023. --

BRIEF HISTORY OF SPECIAL EDUCATION IN BRAZIL: FROM EXCLUSION TO INCLUSION OF PEOPLE WITH VISUAL DISABILITIES

Abstract: The article aims to present the history of Special Education in Brazil from the colonial period to the present, with emphasis on the education of people with visual impairments. For that, a bibliographical research was carried out, of a qualitative nature and historical approach, dialoguing with authors in the area, such as: Rodrigues (2023), Figueira (2021), Jannuzzi (2012), Mazzotta (2011), Mosquera (2010) Sasaki (1999), Silva (1987), among others. The article is divided into two sections: in the first, we discuss the paradigms, policies and practices for the school inclusion of people with disabilities in Brazil, in the second, we address the historical, social and educational context of people with visual impairments in Brazil, highlighting the main milestones and challenges that marked its trajectory. Finally, we conclude by summarizing the main points addressed and pointing out some perspectives for Special Education in Brazil, highlighting that the education of people with visual impairments in Brazil is a field in constant construction and transformation, of struggles and achievements, and of challenges and opportunities.

Keywords: special education; education of visually impaired people; history of special education in Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial é um campo de conhecimento e de prática que se dedica ao Atendimento Educacional Especializado das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A Educação Especial no Brasil tem tanto uma história complexa e diversa, que reflete as mudanças históricas, sociais e educacionais do país, quanto uma história de lutas e conquistas, que busca garantir o direito à educação e à inclusão social das pessoas com necessidades educacionais específicas, respeitando as suas diferenças e potencialidades.

Este artigo é resultado das discussões da Pesquisa de Tese em curso, intitulado de “TRAJETÓRIAS DE SUCESSO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL”, do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, campus João Pessoa - PB.

Aqui, buscamos apresentar a história da Educação Especial no Brasil desde o período colonial até a atualidade, identificando as mudanças de paradigmas e as políticas públicas que influenciaram o processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência, de forma específica, na educação das pessoas com deficiência visual. A pergunta que norteia este artigo é: como se deu a evolução da Educação Especial no Brasil ao longo dos séculos e quais foram os principais desafios e conquistas para a garantia do direito à educação de qualidade para as pessoas com deficiência, e de forma específica, das pessoas com deficiência visual?

Este artigo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa (OLIVEIRA, 2016) e de abordagem histórica (TEIXEIRA, 2014). A pesquisa bibliográfica consiste na análise de fontes secundárias, ou seja, de livros, artigos, teses e outros documentos que tratam do tema da pesquisa. A natureza qualitativa implica em uma interpretação crítica e reflexiva dos dados coletados, sem a utilização de técnicas estatísticas. A abordagem histórica implica em uma contextualização temporal e espacial dos fatos e fenômenos relacionados à Educação Especial no Brasil.

O procedimento metodológico adotado foi o seguinte: em primeiro lugar, realizou-se uma revisão da literatura sobre a história da Educação Especial no Brasil, com ênfase na educação das pessoas com deficiência visual. Para isso, foram consultadas obras de autores na área, como: Rodrigues (2023), Figueira (2021), Jannuzzi (2012), Mazzotta (2011), Mosquera (2010) Sasaki (1999), Silva (1987), entre outros. Em segundo lugar, realizou-se uma análise dos principais documentos legais que regulamentaram a Educação Especial no Brasil. Em terceiro lugar, realizou-se uma síntese dos principais pontos abordados na revisão da literatura e na análise dos documentos legais, destacando os marcos e desafios da Educação Especial no Brasil. Em quarto lugar, realizou-se uma conclusão do artigo, apontando algumas perspectivas para a Educação Especial no Brasil.

O artigo se divide em duas seções: na primeira, discutimos a história da Educação Especial no Brasil, seus paradigmas, políticas e práticas para a inclusão escolar das pessoas com deficiência. Para isso, dividimos a seção em três tópicos: no primeiro, abordamos o século XVI a XIX, descrevendo como era a situação das pessoas com deficiência no Brasil colonial e imperial, marcada pelo abandono, pela exclusão social e pela caridade religiosa; no segundo, abordamos o século XX, em que discute-se como foi a evolução da Educação Especial no Brasil ao longo do século XX, destacando os diferentes paradigmas que orientaram as práticas educacionais para as pessoas com deficiência, como a normalização, a integração e a inclusão; no terceiro, abordamos o século XXI, quando analisamos o contexto atual da Educação Especial no Brasil, considerando os avanços e os desafios que ainda persistem para a efetivação da educação inclusiva.

Na segunda seção, buscamos apresentar o contexto histórico, social e educacional das pessoas com deficiência visual no Brasil, destacando os principais marcos e desafios que marcaram a sua trajetória. Para isso, também dividimos a seção em três tópicos: no primeiro, abordamos o contexto histórico das pessoas com deficiência visual no Brasil, desde o século XIX até o século XXI; no segundo, abordamos o contexto social das pessoas com deficiência visual no Brasil, considerando os aspectos demográficos, culturais e legais; no terceiro, abordamos o contexto educacional das pessoas com deficiência visual no Brasil, considerando os aspectos pedagógicos, curriculares e tecnológicos.

Por fim, apresentamos algumas conclusões, sintetizando os principais pontos abordados e apontando algumas perspectivas para a Educação Especial, com ênfase na educação das pessoas com deficiência visual no Brasil.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: PARADIGMAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Educação Especial é um tema relevante em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. Desde o século XIX, diversos países vêm se dedicando à criação de escolas e instituições especializadas para atender às necessidades educacionais de pessoas com deficiência. No entanto, esse processo não foi uniforme em toda a região, e cada país tem sua própria história e trajetória no que se refere à Educação Especial.

Aqui, abordamos cada período histórico da Educação Especial no Brasil, seguindo uma ordem cronológica, iniciando pelo século XVI a XIX, passando pelo século XX e finalizando com o século XXI, sempre utilizando de fontes confiáveis para embasar os nossos argumentos.

Dentre o século XVI a XIX, a situação das pessoas com deficiência no Brasil colonial e imperial foi marcada pelo abandono, pela exclusão social e pela caridade religiosa. Nesse período, as pessoas com deficiência eram vistas como seres inferiores, pecadores ou objetos de piedade, sem direitos ou oportunidades de participação na sociedade. Muitas delas eram abandonadas nas ruas, nas portas de conventos e igrejas, ou viviam em condições precárias nas casas de seus familiares (SILVA, 1987).

De acordo com Figueira (2021, p. 23), a política de exclusão das pessoas com deficiência existia desde as antigas civilizações no Brasil. Na cultura dos povos indígenas existia a

prática de eliminação pura e simples de seus membros que nasciam ou adquiriam deficiências por meio de doenças, acidentes rurais ou de caça. Usavam como argumento para o sacrifício, a ideia de que o indivíduo iria sofrer, ao longo de sua vida, as condições precárias de época, além da eliminação da vítima em função da coletividade. Naqueles tempos, já existia o conceito da “inferioridade”; um sujeito com algum tipo de deficiência, na visão preconcebida de sua tribo, nunca seria um bom caçador, não poderia ir para o campo de batalha, não era digno de uma esposa nem de gerar novos e bons guerreiros. Já existia a segregação, apoiando-se no tripé: preconceito, estereótipo e estigma. Surgia o seguinte mecanismo em um círculo vicioso: o preconceito gera um estereótipo, que cristaliza o preconceito, fortalecendo o estereótipo, que atualiza o preconceito. E, nesse círculo vicioso, levado ao infinito, surge o estigma (marca, sinal), colaborando com essa perpetuação. Todos esses elementos nasceram do desconhecimento, matéria-prima da segregação (FIGUEIRA, 2021, p. 23).

O autor aborda a prática de eliminação de pessoas com deficiência no Brasil em tempos remotos, em que a sociedade justificava esse sacrifício com base no sofrimento que o indivíduo enfrentaria e na suposta inadequação para cumprir funções consideradas importantes, como caçar ou participar de batalhas. Essa visão preconceituosa e estigmatizante estava fundamentada na ideia de inferioridade, em que as pessoas com deficiência eram excluídas e consideradas incapazes de contribuir para a comunidade. Esse ciclo vicioso do preconceito, estereótipo e estigma perpetuou-se ao longo do tempo, alimentado pelo desconhecimento. Esses elementos surgem da falta de informação e são a base para a segregação, reforçando a importância de combater o desconhecimento e promover uma sociedade inclusiva e respeitosa com todas as pessoas.

Durante diferentes épocas e em diversas sociedades, apesar dos avanços científicos no século XVIII, a maioria das pessoas em diferentes sociedades não tinha acesso às informações sobre deficiência e escolarização adequada. Isso se deve em parte à concepção pessimista que a condição de “incapacitado”, “invalidado” e “deficiente” era algo imutável, levando a uma completa omissão da sociedade em atender às necessidades específicas dessa população. No Brasil, a pessoa com deficiência foi “considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre dos pobres” (MAZZOTTA, 2011, p. 14).

Silva (1987, p. 21) utiliza da expressão “epopéia ignorada” para se referir a eventos históricos ou conquistas significativas que não são reconhecidos ou valorizados pela sociedade em geral. Essas realizações são importantes e merecem ser lembradas, mas acabam sendo esquecidas ou ignoradas, muitas vezes por causa de preconceitos ou falta de interesse.

A sobrevivência das pessoas com deficiências aqui no Brasil e em boa parte do mundo, na grande maioria dos casos, tem sido uma verdadeira epopéia. Essa epopéia nunca deixou de ser uma luta quase que fatalmente ignorada pela sociedade e pelos governos como um todo uma verdadeira saga melancólica assim como o foi em todas as culturas pelos muitos séculos da existência do homem. Ignorada, não por desconhecimento acidental ou por falta de informações, mas por não se desejar dela tomar conhecimento (SILVA, 1987, p. 21).

O autor nos leva a refletir sobre a difícil realidade enfrentada pelas pessoas com deficiência no Brasil e em grande parte do mundo. Ao descrever a sobrevivência dessas pessoas como uma verdadeira epopeia, ressaltando a luta constante e muitas vezes ignorada pela sociedade e pelos governos. É triste perceber que essa batalha é negligenciada não por falta de conhecimento ou informação, mas por uma escolha consciente de não querer reconhecê-la.

De acordo com Mazzotta (2011, p.17) somente a partir do século XVIII, quando houve uma mudança no “clima social” e surgiram condições mais favoráveis, é que iniciativas de “pessoas, homens ou mulheres, leigos ou profissionais, portadores de deficiência ou não, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, impulsionar, propor, organizar medidas para o atendimento às pessoas portadoras de deficiência”. Essas pessoas se tornaram líderes e representantes dos interesses e necessidades das pessoas com deficiência, e abriram espaços em diferentes áreas da vida social, visando ampliar o conhecimento e encontrar formas de melhorar as condições de vida dessas pessoas.

A Educação Especial era praticamente inexistente, e as poucas iniciativas que surgiram foram de caráter assistencialista e segregacionista, baseadas no modelo médico de deficiência. No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1857, atualmente denominados de Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foram marcos históricos importantes para a Educação Especial, inspirados na experiência europeia. Sob a direção de Benjamin Constant e do mestre francês Edouard Hüet, respectivamente, essas instituições deram início a uma nova abordagem na educação de pessoas com deficiência visual e auditiva (JANNUZZI, 2012; MAZZOTTA, 2011, RODRIGUES, 2023).

Os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas com deficiência surgiram na Europa e, mais tarde, expandiram-se para outros países, incluindo os Estados Unidos, Canadá e Brasil. De acordo com Mazzotta (2011, p. 17), até o final do século XIX, encontravam-se diversas expressões para se referir ao atendimento educacional às pessoas com deficiência, tais como: “Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa”. Algumas dessas expressões são utilizadas ainda hoje, mesmo que impróprias.

Mazzotta (2011) destaca as instituições criadas ao longo do tempo para atender às necessidades das pessoas com deficiência física, visual, intelectual e auditiva. O autor apresenta uma lista de instituições importantes que foram fundadas em diferentes épocas e regiões do Brasil, mostrando a evolução das políticas de inclusão dessas pessoas na sociedade brasileira.

- Instituições para atendimento às pessoas com deficiência física:
 - 1931-1932 - Santa Casa de Misericórdia em São Paulo
 - 1943 - Lar-Escola São Francisco
 - 1950 - Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD)
- Instituições para atendimento às pessoas com deficiência visual:
 - 1854 - Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto 1.320, a escola passou a ser chamada de Instituto Benjamin Constant (IBC)
 - 1928 - Instituto de Cegos Padre Chico
 - 1946 - Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB). Em 1967, teve suas atividades ampliadas e, em 1990, passou a se chamar Fundação Dorina Nowill para Cegos.
- Instituições para atendimento às pessoas com deficiência intelectual:
 - 1874 - Hospital Juliano Moreira. Na época, era chamado Hospital Estadual de Salvador.
 - 1926 - Instituto Pestalozzi de Canoas no Rio Grande do Sul
 - 1935 - Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais
 - 1948 - Sociedade Pestalozzi do estado do Rio de Janeiro
 - 1952 - Sociedade Pestalozzi de São Paulo
 - 1954 - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio de Janeiro
 - 1961 - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo
- Instituições para atendimento às pessoas com deficiência auditiva:
 - 1857 - Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1957, passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
 - 1929 - Instituto Santa Terezinha
 - 1935 - Escola Estadual Instituto Pestalozzi
 - 1952 - Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller
 - 1954 - Instituto Educacional de São Paulo (IESP)

A evolução da Educação Especial no Brasil ao longo do século XX, destaca-se pelos diferentes paradigmas que orientaram as práticas educacionais para as pessoas com

deficiência, como a normalização, a integração e a inclusão. Nesse período, houve uma maior conscientização sobre os direitos e as potencialidades das pessoas com deficiência, bem como uma maior influência das teorias pedagógicas e das políticas internacionais sobre a Educação Especial no país.

No entanto, também houve muitos obstáculos e contradições para a efetivação de uma Educação Especial de qualidade e inclusiva para todos. Podemos dividir esse período em três fases:

- a) Normalização – integração: Essa fase se estendeu da década de 60 até o final da década de 80, e foi marcada pelo início da aceitação das pessoas com deficiência física nas classes normais do ensino regular. O conceito de normalização defendia que as pessoas com deficiência deveriam ter acesso às mesmas oportunidades que as demais pessoas na sociedade, desde que fossem capazes de se adaptar aos padrões estabelecidos. O conceito de integração social propunha que as pessoas com deficiência deveriam ser inseridas na escola regular com o apoio de recursos e serviços especializados. No entanto, esses conceitos foram entendidos de forma equivocada no Brasil, pois a Educação Especial continuou sendo um sistema separado e paralelo ao ensino regular, que atendia apenas alguns alunos considerados aptos para a integração. Além disso, a Educação Especial era baseada no modelo médico de deficiência, que focava nos aspectos clínicos e no diagnóstico das limitações dos alunos, sem considerar as suas potencialidades e interesses (SASSAKI, 1999).
- b) Inclusão social: Essa fase se iniciou na década de 90 e se estende até os dias atuais, e foi impulsionada pelo movimento mundial pela inclusão social das pessoas com deficiência. A proposta da educação inclusiva surgiu como uma crítica aos modelos anteriores de Educação Especial, que segregavam e discriminavam as pessoas com deficiência. A educação inclusiva defende que todas as pessoas têm direito à educação e à plena participação na escola regular, independentemente de suas características ou condições. A educação inclusiva se baseia no modelo social de deficiência, que foca na articulação entre as características da pessoa e as barreiras à sua participação presentes no ambiente. Parte do pressuposto de que a diversidade é uma característica humana, e que a escola deve responder às necessidades e interesses de todos os alunos, sem exceção (SASSAKI, 1999).

Para Rodrigues (2023), a inclusão não pode ser imposta, mas sim uma atitude construída a partir da interiorização, aceitação, colaboração e convivência com as diferenças. Inclusão é a capacidade de entender e reconhecer o outro, compartilhando e acolhendo todas as pessoas, sem exceção. Envolve o respeito à diversidade e visa incluir minorias, como pessoas com deficiência, crianças de rua, afrodescendentes, homossexuais, ciganos, indígenas, idosos, mulheres e qualquer grupo que seja vítima de opressão ou discriminação. A escola desempenha um papel fundamental nesse processo, refletindo a vida em sociedade e proporcionando a experiência de conviver com as diferenças. A autora ressalta a importância de promover a inclusão como uma prática social e educacional essencial para uma sociedade mais justa e igualitária.

O contexto atual da Educação Especial no Brasil, apresenta avanços e retrocessos na implementação da educação inclusiva. Entre os avanços, podemos citar a ampliação da legislação favorável à Educação Especial, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2006), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Também podemos destacar o aumento do número de matrículas de alunos com deficiência na escola regular (BRASIL, 2023), o fortalecimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a maior visibilidade e valorização da diversidade humana na sociedade.

Entre os retrocessos, podemos mencionar a falta de recursos humanos e materiais para o atendimento adequado aos alunos com deficiência na escola regular, a resistência de alguns setores da sociedade à inclusão escolar, a diversidade das necessidades educacionais específicas e a dificuldade de avaliação da qualidade da Educação Especial.

A Educação Especial no Brasil ainda enfrenta muitos desafios para garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas com deficiência, mas também reconhece as suas conquistas e potencialidades.

Os principais desafios e oportunidades da Educação Especial no Brasil no século XXI, leva em conta o cenário político, social e educacional do país. Nesse século, a Educação Especial no Brasil tem sido afetada por diversos fatores, como a globalização, a diversidade cultural, a tecnologia, a sustentabilidade e os direitos humanos. Esses fatores demandam uma Educação Especial que seja capaz de favorecer a inclusão social e o desenvolvimento humano das pessoas com deficiência, valorizando as suas diferenças e potencialidades.

Podemos elencar alguns dos principais desafios da Educação Especial no Brasil no século XXI, como: a garantia da qualidade e da equidade na educação regular, a promoção da participação e da autonomia das pessoas com deficiência e a articulação entre as políticas públicas e as práticas educacionais.

- a) A garantia da qualidade e da equidade na educação regular. Apesar do crescimento das matrículas de alunos com deficiência na escola regular, ainda há muitas dificuldades para assegurar uma educação de qualidade e equitativa para todos. Algumas dessas dificuldades são: a falta de infraestrutura e de recursos didáticos adequados, à formação insuficiente e precária dos professores, a ausência de uma proposta pedagógica inclusiva e diversificada, a escassez de profissionais de apoio especializado, a resistência de alguns segmentos da sociedade à inclusão escolar, a diversidade das necessidades educacionais especiais e a dificuldade de avaliação dos resultados da Educação Especial (CORCINI; CASAGRANDE, 2016).
- b) A promoção da participação e da autonomia das pessoas com deficiência. Além de garantir o acesso e a permanência na escola regular, é preciso também promover a participação e a autonomia das pessoas com deficiência na escola e na sociedade. Isso implica em reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e de conhecimento, respeitar as suas escolhas e preferências, estimular as suas

habilidades e competências, fortalecer as suas redes de apoio e interação social, incentivar o seu protagonismo e liderança, ampliar as suas oportunidades de trabalho e lazer, proteger os seus direitos humanos e combater o preconceito e a discriminação (FREDERICO; LAPLANE, 2020).

- c) A articulação entre as políticas públicas e as práticas educacionais. Para que a Educação Especial seja efetiva e inclusiva no Brasil, é preciso que haja uma articulação entre as políticas públicas e as práticas educacionais, envolvendo todos os agentes educacionais e sociais. Isso significa que as políticas públicas devem ser formuladas com base nas demandas e nas expectativas das pessoas com deficiência e da sociedade em geral, considerando as especificidades regionais e locais. As práticas educacionais devem ser implementadas com base nas orientações das políticas públicas, considerando as características e os interesses dos alunos com deficiência. A articulação entre as políticas públicas e as práticas educacionais deve ser feita por meio de mecanismos de planejamento, monitoramento, avaliação e participação social (BAPTISTA, 2019).

Considerando os avanços e as possibilidades que se apresentam para a melhoria da qualidade e da inclusão educacional das pessoas com deficiência, podemos citar algumas oportunidades educacionais para as pessoas com deficiência no país:

- a) O avanço das tecnologias assistivas. As tecnologias assistivas são recursos e serviços que facilitam o acesso à informação e à comunicação das pessoas com deficiência, ampliando as suas possibilidades de aprendizagem e participação na escola e na sociedade. As tecnologias assistivas podem ser de baixa, média ou alta complexidade, e podem envolver desde materiais adaptados até softwares e hardwares específicos. Essa oportunidade permite que as pessoas com deficiência tenham mais autonomia e independência na realização de atividades educacionais e cotidianas, além de favorecer a interação social e a expressão de suas potencialidades.
- b) A ampliação das redes de apoio e interação social. As redes de apoio e interação social são conjuntos de pessoas e instituições que oferecem suporte e orientação às pessoas com deficiência e às suas famílias, contribuindo para a sua inclusão social e educacional. Podem envolver desde familiares, amigos, vizinhos, colegas, professores, gestores, profissionais especializados, organizações não governamentais, movimentos sociais, órgãos públicos, entre outros. Essa oportunidade permite que as pessoas com deficiência tenham mais acesso a informações, recursos, serviços e oportunidades que possam melhorar a sua qualidade de vida e a sua participação na escola e na sociedade.
- c) O fortalecimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Os movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência são formas coletivas de organização e mobilização que buscam reivindicar e garantir os direitos humanos das pessoas com deficiência em diferentes âmbitos da sociedade. Esses movimentos podem envolver desde associações, conselhos, fóruns, federações, confederações, como também entidades internacionais que atuam na promoção e na defesa dos direitos das pessoas com

deficiência. Essa oportunidade permite que as pessoas com deficiência tenham mais voz e representatividade na sociedade, além de influenciar as políticas públicas e as práticas educacionais voltadas para a sua inclusão (FIGUEIRA, 2021).

- d) A maior visibilidade e valorização da diversidade humana na sociedade. A visibilidade e a valorização da diversidade humana na sociedade são processos que envolvem o reconhecimento e o respeito às diferenças e às singularidades das pessoas, independentemente de suas características ou condições. Implicam em uma mudança de paradigma, que passa de uma visão homogeneizadora e normalizadora para uma visão pluralista e inclusiva. Essa oportunidade permite que as pessoas com deficiência sejam vistas como sujeitos de direitos e de conhecimento, que têm contribuições a oferecer para a sociedade, além de favorecer a construção de uma cultura de paz e de solidariedade.

Portanto, compreendemos que os avanços das tecnologias assistivas, a ampliação das redes de apoio e interação social, o fortalecimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a maior visibilidade e valorização da diversidade humana na sociedade representam as oportunidades para a Educação Especial no Brasil no século XXI.

3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO, SOCIAL E EDUCACIONAL.

O contexto histórico, social e educacional das pessoas com deficiência visual no Brasil, destaca-se pelos principais marcos e desafios que marcaram a sua trajetória. Conforme Mosquera (2010), às pessoas com deficiência visual são aquelas que têm perda total ou parcial da visão, que não pode ser corrigida por meios ópticos ou cirúrgicos. A deficiência visual pode ser classificada em cegueira, quando não têm percepção de luz ou formas, ou em baixa visão, quando têm alguma percepção visual residual. As causas da deficiência visual podem ser congênitas ou adquiridas, e podem estar relacionadas a fatores genéticos, ambientais, nutricionais, infecciosos, traumáticos ou degenerativos.

A história da educação das pessoas com deficiência visual no Brasil se inicia no século XIX, com a atuação pioneira de José Álvares de Azevedo, um brasileiro cego que estudou no Instituto de Jovens Cegos de Paris, criado por Valentin Haüy no século XVIII. Ele trouxe para o país o Sistema Braille de escrita e leitura para cegos, sendo bem-sucedido ao educar Adélia Sigaud, filha do Dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial.

Azevedo foi o idealizador do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854 no Rio de Janeiro pelo imperador Dom Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428. Esse instituto foi o primeiro do gênero na América Latina e tinha como objetivo ensinar as pessoas cegas a ler, escrever, contar e exercer alguma profissão manual. Em 1891, após a proclamação da República, a instituição passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao político e educador que foi um dos seus diretores. O IBC é considerado a primeira escola especializada para cegos da América Latina e ainda

funciona até hoje como referência nacional na área (SILVA, 1987; MOSQUERA, 2010; MAZZOTTA, 2011; JANNUZZI, 2012; FIGUEIRA, 2021).

Desde então, diversas instituições foram criadas para atender as necessidades das pessoas com deficiência visual. De acordo com Mosquera (2010, p. 20) todo o ensino especializado para as pessoas com deficiência visual acontecia no Rio de Janeiro até a criação da segunda escola, denominada de “Instituto São Rafael”, inaugurada em 1926, em Belo Horizonte. Além da criação do Instituto Benjamin Constant e do Instituto São Rafael, tivemos ao longo do século XX, a disseminação de outras entidades congênicas pelo resto do país, entre elas, destacam-se: no ano de 1928, foi fundado o Instituto de Cegos Padre Chico em São Paulo; em 1939, o Instituto Paranaense de Cegos em Curitiba; em 1941, o Instituto Santa Luzia em Porto Alegre; em 1943, o Instituto para Cegos no Ceará; e em 1946, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB) em São Paulo, denominada em 1990, Fundação Dorina Nowill para Cegos. A história dessas instituições é marcada por grandes desafios, mas também por conquistas significativas na luta pelos direitos e pela inclusão dessas pessoas na sociedade. (BILL, 2017; MAZZOTTA, 2011).

Essas instituições foram importantes para garantir o acesso à educação e à cultura das pessoas com deficiência visual no Brasil, mas também enfrentaram desafios e limitações ao longo de sua história. Mazzotta (2011) aponta que elas foram marcadas por uma visão assistencialista e segregacionista da deficiência, que reforçava a exclusão social e a dependência das pessoas cegas. Além disso, elas não conseguiram atender à demanda crescente de alunos com deficiência visual no país, nem acompanhar as mudanças políticas e pedagógicas da Educação Especial.

No início do século XX, a educação das pessoas com deficiência visual era baseada no modelo médico de deficiência, que enfatizava os aspectos clínicos e a reabilitação dos cegos. A educação era realizada em instituições especializadas e segregadas do ensino regular, que atendiam apenas uma parcela da população com deficiência visual.

A partir da década de 60, a educação das pessoas com deficiência visual começou a ser influenciada pelo modelo social de deficiência, que enfatizava os aspectos sociais e os direitos das pessoas com deficiência. A educação passou a ser vista como um direito humano fundamental e um instrumento de inclusão social. Surgiram então as propostas de normalização e integração escolar, que defendiam que as pessoas com deficiência visual deveriam ter acesso às mesmas oportunidades que as demais pessoas na sociedade e na escola regular, com o apoio de recursos e serviços especializados.

No entanto, na década de 70 essas propostas foram implementadas de forma equivocada no Brasil, pois a educação das pessoas com deficiência visual continuou sendo um sistema separado e paralelo ao ensino regular, que atendia apenas alguns alunos considerados aptos para a integração.

Na década de 1980, com o surgimento do movimento mundial pela educação inclusiva no cenário internacional e nacional, as instituições para atendimento às pessoas com deficiência visual passaram por um processo de transformação e adaptação às novas diretrizes e legislações da área. Conforme Garcia (2010, p. 37-38) a trajetória histórica de quando as pessoas com deficiência eram “ignoradas” ou “caminhavam em silêncio”, se

encerra no Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981.

Aqui, reconhecemos o poder transformador da mobilização e organização política das pessoas com deficiência. Por muito tempo, essas pessoas foram silenciadas, excluídas e segregadas em diferentes instituições. No entanto, a partir do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981, elas passaram a tomar consciência de si mesmas e a se unir em busca de seus direitos e reconhecimento na sociedade. Conforme Figueira (2021, p. 118):

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente –, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 40 anos de militância, com o surgimento de dezenas de entidades criadas e administradas por essas próprias pessoas (FIGUEIRA, 2021, p. 118).

Ao longo dos anos, o despertar político das pessoas com deficiência tem sido marcado por conquistas significativas. Sua voz passou a ser notada e ouvida, ganhando espaço na luta por inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Essas conquistas refletem o impacto positivo da mobilização política como uma poderosa ferramenta para impulsionar a mudança social. À medida que as pessoas com deficiência se organizam, levantam suas bandeiras e compartilham suas experiências, elas não apenas reivindicam direitos, mas também desafiam estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade.

Na década de 1990, a política da educação inclusiva começa a ser difundida, principalmente, após a Declaração de Salamanca em 1994. Surge então a proposta da educação inclusiva respaldada por diversas legislações nacionais e internacionais, que defendia que todas as pessoas tinham direito à educação e à plena participação na escola regular, independentemente de suas características ou condições (JANNUZZI, 2012; FIGUEIRA, 2021).

As instituições de atendimento educacional às pessoas com deficiência visual passaram a assumir um papel complementar ou suplementar à educação regular, oferecendo recursos e serviços especializados para apoiar a inclusão escolar dos alunos com deficiência visual. Entre esses recursos e serviços estão: salas de recursos multifuncionais, atendimento educacional especializado, material didático adaptado, orientação e mobilidade, entre outros (MOSQUERA, 2010; MAZZOTTA, 2011).

Para Mazzotta (2011) as instituições de atendimento às pessoas com deficiência visual no Brasil têm uma trajetória histórica relevante e complexa, que reflete as concepções e as práticas da Educação Especial no país. Ele ressalta que elas devem continuar a contribuir para a promoção da inclusão social e educacional das pessoas com deficiência visual, mas também devem enfrentar os desafios e as contradições que ainda persistem nesse campo.

O contexto social das pessoas com deficiência visual no Brasil envolve a análise dos aspectos demográficos, culturais e legais que influenciam a situação e a condição das pessoas com deficiência visual na sociedade brasileira. Entre esses aspectos, podemos citar:

- a) O número e o perfil das pessoas com deficiência visual no Brasil. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui cerca de 6,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual, sendo 528 mil cegas e 6 milhões com baixa visão. Isso representa 3,4% da população total do país. A maioria das pessoas com deficiência visual é do sexo feminino, tem mais de 65 anos, tem baixa escolaridade (não concluíram o ensino fundamental) e tem baixa renda (recebem até dois salários mínimos). Além disso, a maior parte das pessoas com deficiência visual vive nas regiões Sudeste e Nordeste do país.
- b) A cultura e a representação social da pessoa com deficiência visual no Brasil são marcadas por estereótipos, preconceitos e discriminações que afetam a sua autoestima, a sua identidade e a sua participação social. Muitas vezes, a pessoa com deficiência visual é vista como incapaz, dependente, coitada ou anormal pela sociedade, que ignora ou nega as suas potencialidades, os seus direitos e as suas diferenças. Essa visão estigmatizante e excludente tem origem em diversos fatores históricos, culturais e ideológicos, como por exemplo: a influência religiosa que associa a cegueira ao pecado ou à punição divina; a influência médica que reduz a pessoa com deficiência visual à sua condição clínica ou patológica; a influência assistencialista que trata a pessoa com deficiência visual como objeto de caridade ou de piedade; entre outros (ROMA, 2018).
- c) A legislação e a política pública de proteção e promoção dos direitos da pessoa com deficiência visual no Brasil são frutos de uma longa luta histórica dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Essa luta teve como marco inicial a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a pessoa com deficiência como sujeito de direitos e deveres na sociedade (BRASIL, 1988). A partir daí, diversos documentos legais foram elaborados para garantir e regulamentar os direitos da pessoa com deficiência visual em diferentes áreas, como por exemplo: a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social (BRASIL, 1989); a Lei nº 8.213/1991, que estabelece cotas para a reserva de vagas no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência (BRASIL, 1991); a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência (BRASIL, 2000); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2008); o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011); a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015); entre outros.

O contexto educacional das pessoas com deficiência visual no Brasil envolve a análise dos aspectos pedagógicos, curriculares e tecnológicos que influenciam o processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos na escola brasileira. Entre esses aspectos, podemos citar:

o modelo e a modalidade de Educação Especial, o currículo e a avaliação; e por fim, as tecnologias assistivas e os recursos didáticos.

- a) O modelo e a modalidade de Educação Especial para as pessoas com deficiência visual no Brasil, passaram por diversas mudanças ao longo da história, refletindo as concepções e as tendências sobre a educação das pessoas com deficiência. Conforme a discussão anterior, inicialmente, predominou o modelo segregacionista, que consistia em isolar as pessoas com deficiência visual em instituições especializadas, como os institutos para cegos, que ofereciam um ensino diferenciado e assistencialista. Posteriormente, surgiu o modelo integracionista, que consistia em inserir as pessoas com deficiência visual na escola regular, desde que elas se adaptassem ao currículo e ao ambiente escolar. Atualmente, prevalece o modelo inclusivista, que consiste em acolher as pessoas com deficiência visual na escola regular, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as adaptações necessárias para o seu desenvolvimento pleno. Nesse sentido, a Educação Especial é concebida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, oferecendo recursos e serviços específicos para as pessoas com deficiência visual, orientando quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagens dentro das turmas comuns do Ensino Regular (BRASIL, 2008; RODRIGUES, 2023),
- b) O currículo e a avaliação são elementos fundamentais para garantir a qualidade e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência visual na escola (MOSQUERA, 2010). Entendemos o currículo como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que se espera que os alunos aprendam ao longo da sua trajetória escolar. A avaliação como compreensiva, processual, composta de procedimentos que se utilizam para verificar se os alunos atingiram os objetivos propostos pelo currículo. Tanto o currículo quanto a avaliação devem ser adaptados ou flexibilizados para atender às necessidades educacionais específicas das pessoas com deficiência, respeitando as suas diferenças e potencialidades sem excluir. (RODRIGUES, 2023). Isso envolve desde a seleção e a organização dos conteúdos curriculares, até a escolha e a aplicação dos instrumentos avaliativos.
- c) As tecnologias assistivas e os recursos didáticos são ferramentas indispensáveis para facilitar o acesso à informação e à comunicação das pessoas com deficiência visual na escola. As tecnologias assistivas são recursos e serviços que ampliam as possibilidades de aprendizagem e participação das pessoas com deficiência visual na escola. Os recursos didáticos são materiais que auxiliam o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares. Tanto as tecnologias assistivas quanto os recursos didáticos devem ser adequados ou acessíveis para as pessoas com deficiência visual, considerando as suas características visuais e cognitivas. Alguns exemplos de tecnologias assistivas e recursos didáticos para a educação das pessoas com deficiência visual são: o Sistema Braille, a lupa eletrônica, o teclado ampliado, o mouse adaptado, o leitor de tela, a síntese de voz, o reconhecimento de voz, os livros em áudio, os mapas e gráficos táteis, os jogos e brinquedos adaptados, entre outros (LIMA, 2021).

Os principais marcos e desafios da educação das pessoas com deficiência visual no Brasil envolvem a análise dos acontecimentos e das dificuldades que marcaram a trajetória da educação das pessoas com deficiência visual no Brasil. Dentre os principais marcos, destacam-se: a atuação pioneira de José Álvares de Azevedo; a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado, entre outras legislações relevantes.

Aqui, iremos destacar apenas a atuação pioneira de José Álvares de Azevedo e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

- a) O jovem José Álvares de Azevedo foi o primeiro professor cego brasileiro, responsável pela introdução do Sistema Braille no Brasil e o idealizador do primeiro instituto para cegos na América Latina, o Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854 no Rio de Janeiro. A atuação pioneira de José Álvares de Azevedo representa um marco para a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil, pois demonstra que as pessoas cegas são capazes de estudar e contribuir para a sociedade, além de inaugurar uma instituição de referência para a Educação Especial no país.
- b) A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico para a democracia e os direitos humanos no Brasil, após um longo período de ditadura militar. A Constituição também trouxe avanços significativos para a educação das pessoas com deficiência, ao definir a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família no art. 205, ao garantir o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino no art. 208 e ao assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos no art. 227. A promulgação da Constituição Federal de 1988 representa um marco para a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil, pois consagra o princípio da igualdade e da inclusão educacional e social das pessoas com deficiência (BRASIL, 1988).

No que se refere aos desafios educacionais das pessoas com deficiência visual no Brasil, podemos citar: a falta de recursos humanos e materiais para o atendimento adequado aos alunos com deficiência visual na escola regular; a resistência de alguns setores da sociedade à inclusão escolar das pessoas com deficiência visual e a diversidade das necessidades educacionais específicas e a dificuldade de avaliação dos resultados da educação inclusiva.

- a) A primeira dificuldade é a falta de recursos humanos e materiais para o atendimento adequado aos alunos com deficiência visual na escola regular: apesar da legislação garantir o direito à educação inclusiva para as pessoas com deficiência visual, na prática ainda há muitas dificuldades para que esse direito se efetive. Isso envolve desde a falta de professores especializados ou capacitados em Educação Especial, até a falta de materiais adaptados ou acessíveis, como livros em braille, lupas, computadores com leitores de tela, entre outros. Essa situação compromete a qualidade e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual, que muitas vezes não conseguem acompanhar o currículo ou participar das atividades propostas. Esse desafio exige um maior investimento e

uma maior articulação entre os diferentes níveis e esferas de governo, bem como entre os setores público e privado, para garantir a disponibilidade e a distribuição dos recursos humanos e materiais necessários para a educação inclusiva.

- b) Outra dificuldade para a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil é a resistência de alguns setores da sociedade à inclusão escolar das pessoas com deficiência visual. Essa resistência pode se manifestar de diversas formas, como por exemplo: a falta de apoio ou de envolvimento da família, dos colegas, dos professores ou dos gestores escolares; a falta de compreensão ou de respeito às diferenças e às necessidades dos alunos com deficiência visual; a falta de adaptação ou de flexibilização do currículo ou da avaliação; a falta de diálogo ou de colaboração entre os profissionais da educação regular e da educação especial; entre outras. Essa situação gera um clima de exclusão ou de segregação dos alunos com deficiência visual na escola, que muitas vezes sofrem preconceito, discriminação, *bullying* ou evasão escolar. Esse desafio exige uma maior conscientização e uma maior sensibilização da sociedade para a valorização e o respeito à diversidade humana, bem como para a promoção e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual.
- c) Uma terceira dificuldade é a diversidade das necessidades educacionais específicas e a dificuldade de avaliação dos resultados da educação inclusiva. Isso significa que não há uma única forma ou um único modelo de atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência visual, mas sim uma variedade de possibilidades que devem ser adequadas ao perfil e ao contexto de cada aluno. Além disso, não há uma forma consensual ou padronizada de avaliar os resultados da educação inclusiva, pois envolve aspectos qualitativos e quantitativos, individuais e coletivos, acadêmicos e sociais. Essa situação dificulta o planejamento, a implementação e o monitoramento das políticas e das práticas educacionais voltadas para as pessoas com deficiência visual. Esse desafio exige uma maior pesquisa e uma maior inovação na área da Educação Especial, bem como uma maior articulação entre os diferentes agentes educacionais envolvidos na educação inclusiva.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Neste artigo, analisamos a trajetória histórica da Educação Especial no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, identificando as mudanças de paradigmas e as políticas públicas que influenciaram o processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência. Constatamos que a Educação Especial no Brasil passou por diferentes contextos, marcados por avanços e retrocessos, desafios e conquistas, exclusão e inclusão.

Apresentamos o contexto histórico, social e educacional das pessoas com deficiência visual no Brasil, destacando os principais marcos e desafios que marcaram a sua trajetória. Vimos que a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil se iniciou no século XIX, com a atuação pioneira de José Álvares de Azevedo, que trouxe para o país o Sistema Braille e idealizou o primeiro instituto para cegos na América Latina.

Percebemos também que a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil passou por diferentes fases ao longo do século XX, acompanhando as transformações políticas, sociais e educacionais do país. No início do século, a educação desses sujeitos era baseada no modelo médico de deficiência, que enfatizava os aspectos clínicos e a reabilitação das pessoas cegas. A partir da década de 60, a educação desses sujeitos começou a ser influenciada pelo modelo social de deficiência, que enfatizava os aspectos sociais e os direitos das pessoas com deficiência. E apenas na década de 90, sob a influência do movimento mundial pela inclusão social das pessoas com deficiência, que surge então a proposta da educação inclusiva, na defesa que todas as pessoas tinham direito à educação e à plena participação na escola regular, independentemente de suas características ou condições.

A educação inclusiva foi respaldada por diversas legislações nacionais e internacionais, que garantiram o direito à educação de qualidade para todas as pessoas com deficiência. Mesmo assim, percebemos que a Educação Especial no Brasil ainda enfrenta muitos obstáculos para a garantia desse direito, como a falta de recursos humanos e materiais, a formação inadequada dos professores, a resistência das famílias e da sociedade, e a diversidade das necessidades educacionais específicas. No entanto, também reconhecemos sua evolução ao longo dos séculos, graças à luta e à mobilização das pessoas com deficiência e de seus aliados, que reivindicam o reconhecimento de sua cidadania e dignidade.

A Educação Especial é um direito humano fundamental, que deve ser assegurado a todas as pessoas com deficiência, sem discriminação ou segregação. É também um instrumento de promoção da inclusão social, que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, entendemos que Educação Especial é uma questão de interesse público, que envolve o compromisso e a responsabilidade de todos os agentes educacionais e sociais.

Para que a Educação Especial seja efetiva e inclusiva no Brasil, é preciso que haja uma articulação entre as políticas públicas, as práticas pedagógicas e as atitudes sociais, visando superar as barreiras que impedem a plena participação e aprendizagem das pessoas com deficiência na escola regular. É preciso também que haja uma valorização da diversidade humana, reconhecendo as potencialidades e os interesses das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e de conhecimento.

Concluimos que a educação das pessoas com deficiência visual no Brasil é um campo em constante construção e transformação, que reflete as mudanças históricas, sociais e educacionais do país. É também um campo de lutas e conquistas, que busca garantir o direito à educação e à inclusão social das pessoas com deficiência visual, respeitando as suas diferenças e potencialidades. Por fim, é um campo de desafios e oportunidades, que demanda uma constante reflexão e ação dos educadores, dos gestores, dos pesquisadores, dos familiares, dos alunos e da sociedade em geral, para que se possa construir uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**. v. 45, p. e217423, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

BILL, Leomir Barbosa. **Educação das Pessoas com Deficiência Visual: uma forma de enxergar**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022: divulgação dos resultados**, Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, Brasília, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, Brasília, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

CORCINI, Marli Aparecida Casprov; CASAGRANDE, Rosana de Castro. **Educação Especial e sua trajetória histórico-política: uma abordagem por meio de grupos de discussão**. Caderno PDE, Governo do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de silêncios e gritos**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

FREDERICO, Jacqueline Caroline Costa; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira De Educação Especial**, 26(3), 465–480, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0156>. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e contexto contemporâneo**. Doutorado em desenvolvimento econômico, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 2010. 199 p. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2010.782607>. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

LIMA, Eliana Cunha. **A formação de professores para a educação inclusiva e a contribuição da área de Educação Inclusiva da Fundação Dorina Nowill para Cegos**. Doutorado em Educação: Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -SP, 2021. 88 p. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/24468/1/Eliana%20Cunha%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba-PR: Ibepex, 2010.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência**, Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Pessoas com síndrome de Down: uma reflexão para pais e professores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023.

ROMA, Adriana de Castro. Breve histórico do processo cultural e educativo dos deficientes visuais no Brasil. **Revista Ciência Contemporânea**. v.4, n.1, p. 1 - 15, 2018. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190426090505.pdf. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Otto Marques. **A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. CEDAS/São Camilo, São Paulo, 1987.

TEIXEIRA, Felipe Charbel; RODRIGUES, Henrique Estrada; CALDAS, Pedro Spinola Pereira; TURIN, Rodrigo. **Metodologia da Pesquisa Histórica**. Vol. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/d52c9e6523788d91b65aac212a122404.pdf>. Acesso em 15 de jun. de 2023.